

**BRADESCO LEASING S.A. – ARRENDAMENTO
MERCANTIL**

5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 5ª Emissão de Debêntures da BRADESCO LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: BRADESCO LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL
- CNPJ/MF: 47.509.120/0001-82
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Alexandre da Silva Glüher
- Atividades: a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

Características da Emissão

- Emissão: 5ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 02/01/2008
- Data de Vencimento: 02/01/2028
- Banco Escriturador/ Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código CETIP/ISIN: BRAM15/ BRBDLSDBS073
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) ao lastro para a realização de novas operações de arrendamento mercantil, de acordo com a demanda do mercado por operações dessa natureza; (ii) ao alongamento de planos de operações de arrendamento mercantil ofertados aos clientes da Emissora; e (iii) ao reforço de caixa da Companhia, com intuito de preservar sua liquidez, por meio da aplicação em títulos públicos federais, títulos privados e Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDI), inclusive de emissão do Banco Bradesco S.A.. A Emissora não usará os recursos obtidos com a Emissão para pagamento de dívidas.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 07/10/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do seu capital social.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 64.40-9-00 - Arrendamento mercantil;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,97 em 2015 para 0,99 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 12,06 em 2015 para 155,06 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 12,06 em 2015 para 155,06 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,12 em 2015 para 0,14 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 6,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou

aumento de 4,8% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 21,8% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 19,5% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 0,1% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 100,00
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: Não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016): não houve pagamentos no período.

• POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 66.734.181

Quantidade em tesouraria: 765.819

Quantidade total emitida: 67.500.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não houve;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: não houve;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie subordinada.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **BRADESCO LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 4.050.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 40.500.000;

- Espécie: subordinada;
- Prazo de vencimento das debêntures: 01/02/2025;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: foram realizadas aquisições e vendas no mercado secundário.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	102.222.738	91.361.903
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	5.763	2.378
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	18.537.138	56.228.344
Aplicações no Mercado Aberto.....	18.057.138	26.443.116
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	480.000	29.785.228
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6).....	83.629.306	34.974.107
Carteira Própria.....	83.573.980	34.926.998
Vinculados à Prestação de Garantias.....	55.326	47.109
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7).....	(64.788)	(12.459)
Operações de Arrendamentos a Receber:		
- Setor Privado.....	1.279.637	1.414.377
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(1.229.678)	(1.316.211)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(114.747)	(110.625)
OUTROS CRÉDITOS	86.093	127.303
Rendas a Receber	39	38
Diversos (Nota 8).....	86.054	127.265
OUTROS VALORES E BENS	29.226	42.230
Outros Valores e Bens.....	101.596	104.532
Provisões para Desvalorizações.....	(72.370)	(62.302)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.122.726	814.659
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	179.012	44.681
Aplicações no Mercado Aberto.....	177.970	43.767
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	1.042	914
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7).....	(67.098)	(68.713)
Operações de Arrendamentos a Receber:		
- Setor Privado.....	1.358.787	1.444.822
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(1.358.601)	(1.444.627)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(67.284)	(68.908)
OUTROS CRÉDITOS	1.010.597	838.272
Diversos (Nota 8).....	1.010.597	838.272
OUTROS VALORES E BENS	215	419
Despesas Antecipadas.....	215	419
PERMANENTE	4.548.923	5.511.523
INVESTIMENTOS (Nota 9).....	58.455	54.365
Participações em Coligadas:		
- No País.....	51.640	47.550
Outros Investimentos.....	26.394	26.394
Provisões para Perdas.....	(19.579)	(19.579)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.741	2.962
Imóveis de Uso.....	25.056	25.056
Outras Imobilizações de Uso.....	155	155
Depreciações Acumuladas.....	(22.470)	(22.249)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7j)	4.487.727	5.454.196
Bens Arrendados.....	7.715.570	8.351.674
Depreciações Acumuladas.....	(3.227.843)	(2.897.478)
TOTAL	107.894.387	97.688.085

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	657.146	7.574.669
RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	-	6.733.180
Recursos de Debêntures	-	6.733.180
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	19.134	38.876
FINAME	19.134	38.876
OUTRAS OBRIGAÇÕES	638.012	802.613
Sociais e Estatutárias	19.653	-
Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	62.490	23.150
Diversas (Nota 14b)	555.869	779.463
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	103.968.982	87.015.584
RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	101.953.041	84.309.254
Recursos de Debêntures	101.953.041	84.309.254
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	21.590	40.243
FINAME	21.590	40.243
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.994.351	2.666.087
Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	588.170	722.879
Diversas (Nota 14b)	1.406.181	1.943.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	3.268.259	3.097.832
Capital:		
- De Domiciliados no País	2.312.267	2.190.000
Reservas de Lucros	956.032	807.832
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(40)	-
TOTAL	107.894.387	97.688.085

títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6).....

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Anexo 2

Demonstração do Resultado - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.878.290	15.002.332	12.085.256	
Operações de Crédito (Nota 7h).....	51.924	95.685	82.692	
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i).....	1.209.937	2.151.539	2.291.192	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c).....	6.616.429	12.755.108	9.711.372	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(7.635.588)	(14.560.031)	(11.612.409)	
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c).....	(6.643.965)	(12.776.334)	(9.787.329)	
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b).....	(601)	(1.491)	(3.213)	
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i).....	(1.022.121)	(1.821.069)	(1.859.416)	
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g).....	31.099	38.863	37.549	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	242.702	442.301	472.847	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(14.624)	(23.481)	(103.203)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 16).....	(24.153)	(44.435)	(57.759)	
Despesas Tributárias (Nota 17).....	(13.821)	(24.872)	(40.379)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a).....	2.050	4.170	3.951	
Outras Receitas Operacionais (Nota 18).....	49.091	94.582	190.190	
Outras Despesas Operacionais (Nota 19).....	(27.791)	(52.926)	(199.206)	
RESULTADO OPERACIONAL	228.078	418.820	369.644	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(56.498)	(80.561)	(41.886)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	171.580	338.259	327.758	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(63.033)	(137.406)	(36.451)	
Provisão para Imposto de Renda.....	9.126	(30.162)	(23.648)	
Provisão para Contribuição Social.....	(22.977)	(53.753)	(16.500)	
Ativo Fiscal Diferido.....	(49.182)	(53.491)	3.697	
LUCRO LÍQUIDO	108.547	200.853	291.307	
Número de ações (Nota 15a).....	23.585	23.585	23.422	
Lucro por ação em R\$.....	4.602,37	8.516,13	12.437,32	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Anexo 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7j. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicados em nosso relatório.

- Provisão para créditos de arrendamento mercantil liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f.VI e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 182.031 mil, a Sociedade classifica suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Sociedade aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolve premissas e julgamentos da Sociedade, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Sociedade quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e às incertezas relacionadas à estimativa de provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Sociedade atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f.VI e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 13 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F 5P

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3